



Prefeitura de

Piraúba

Trabalho, respeito e compromisso.
ADMINISTRAÇÃO 2025/2028

LEI Nº 2140, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

PUBLICAÇÃO NO DIA

19/12/25 Público
Presente

Ato: Lei 2140/2025

Jessica Portela Silveira

Altera o Anexo de Metas Fiscais à Lei no 2120, de 21 de julho de 2025, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Piraúba, Estado de Minas Gerais, André Luís Salgado Xavier, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e o Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 2120 de 21 de julho de 2025, dispõe sobre as "Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências", previsto nas alíneas do parágrafo único de seu artigo 1º, passa a vigorar com o acréscimo do demonstrativo de estimativa e compensação da renúncia de receita, no Anexo de Meta Fiscal, nos termos da autorização contida no parágrafo 2º, de seu artigo 2º.

Art. 2º. A proposta tem por objetivo preservar e compatibilizar os instrumentos de planejamento ao artigo 4º, parágrafo 2º, inciso V, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piraúba, 09 de novembro de 2025.

André Luís Salgado Xavier
Prefeito Municipal de Piraúba

ANDRÉ LUÍS SALGADO XAVIER

Prefeito Municipal de Piraúba – MG

Telefone: 0800 573 1575

E-mail: gabinete.pirauba@gmail.com | Prefeitura.pirauba@hotmail.com

Rua Opemá, 610 – Centro – CEP: 36.170-000 – Piraúba – MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

2026

| SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO | TRIBUTO | MODALIDADE | Descrição | 2026 | 2027 | 2028 |
|---|--|-----------------------|---|------------|------------|--------------|
| Finanças/Incentivo Fiscal/Contribuinte | IPTU – Multas e Juros da Dívida Ativa | Remissão e Anistia | Programa de Recuperação Fiscal - REFIS | 937.639,93 | 979.833,73 | 1.023.926,24 |
| | Taxas cobradas junto com IPTU | Remissão e Anistia | Programa de Recuperação Fiscal - REFIS | 217.515,72 | 227.303,92 | 237.532,60 |
| | ISSQN – Multas e Juros da Dívida Ativa | Remissão e Anistia | Programa de Recuperação Fiscal – REFIS | 76.517,27 | 79.960,55 | 83.558,77 |

Medidas de Compensação: Conforme demonstrado no histórico de arrecadação da dívida ativa, abaixo, as arrecadações nos exercícios de 2020 a 2024, atingiram pouco mais de 50% do valor inscrito. A previsão efetuada para 2026, no Orçamento, está baseada no histórico de arrecadação, portanto não havendo necessidade de revisão no planejamento inicial. A expectativa de concessão de remissão ou anistia dos juros e multas é de aumento na arrecadação da dívida ativa. Portanto, caso esta expectativa seja alcançada, haverá excesso de arrecadação nas citadas rubricas do orçamento.

Esse benefício temporário e específico do perdão dos encargos, nos tributos citados acima, é para incentivar a regularização da Dívida Ativa atraindo mais contribuintes que poderá resultar em um aumento considerável da receita, mesmo com a renúncia dos encargos.

A Previsão das receitas de dívida ativa tributária é baseada na média de arrecadação, portanto a remissão não alterará o orçamento em seu planejamento inicial. O valor previsto para 2026 da Dívida Ativa do IPTU já enviado à Câmara Municipal no valor de R\$ 270.085,00. Devido ao histórico de arrecadação de Dívida Ativa de ISSQN não constou previsão de arrecadação para 2026.

Portanto não haverá necessidade de apresentar compensação, pois os valores inscritos na Dívida Ativa do município são cadastrados no Balanço como direito a receber e a previsão da arrecadação é pelo histórico de arrecadação, conforme já citado.

A expectativa com o REFIS é de obter arrecadação superando os valores previstos.

NOTA EXPLICATIVA: Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores que serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF. A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da exclusão (total ou parcial) das multas e dos juros da Dívida Ativa do IPTU e ISSQN para os cidadãos de Piraúba - MG. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais. O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.



Histórico de Inscrição da Receita da Dívida Ativa dos Impostos e Taxas:

| Exercício | Tributos | Vr. Original | Vr. Correção | Vr. Multa | Vr. Juros | Vr. Total |
|-----------|-----------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| 2020 | DVTLFF | 43.927,00 | 14.092,44 | 5.801,81 | 36.388,26 | 100.209,51 |
| | DVIPTU | 257.806,13 | 78.028,62 | 33.584,32 | 193.596,09 | 563.015,16 |
| | DVTSU | 59.026,97 | 17.955,39 | 7.699,28 | 44.461,48 | 129.143,12 |
| | DVISS-DIV – TPP | 597,60 | 131,45 | 72,90 | 280,95 | 1.082,90 |
| | DVISS | 7.867,98 | 2.611,53 | 1.047,92 | 6.804,81 | 18.332,24 |
| | | | | | | |
| | TOTAL | 369.225,68 | 112.819,43 | 48.206,23 | 281.531,59 | 811.782,93 |

| Exercício | Tributos | Vr. Original | Vr. Correção | Vr. Multa | Vr. Juros | Vr. Total |
|-----------|-----------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| 2021 | DVTLFF | 50.798,07 | 13.613,68 | 6.441,12 | 28.168,73 | 99.021,60 |
| | DVIPTU | 309.731,61 | 81.007,78 | 39.074,77 | 184.251,79 | 614.065,95 |
| | DVTSU | 70.019,56 | 18.136,23 | 8.816,64 | 41.136,85 | 138.109,28 |
| | DVISS-DIV – TPP | 627,12 | 106,52 | 73,36 | 156,65 | 963,65 |
| | DVISS | 9.180,16 | 2.523,62 | 1.170,41 | 5.564,88 | 18.439,07 |
| | | | | | | |
| | TOTAL | 440.356,52 | 115.387,83 | 55.576,30 | 259.278,90 | 870.599,55 |

| Exercício | Tributos | Vr. Original | Vr. Correção | Vr. Multa | Vr. Juros | Vr. Total |
|-----------|-----------------|--------------|--------------|-----------|------------|------------|
| 2022 | DVTLFF | 68.839,22 | 9.817,77 | 7.865,71 | 26.143,28 | 112.665,98 |
| | DVIPTU | 354.062,21 | 53.863,07 | 40.793,49 | 147.464,63 | 596.183,40 |
| | DVTSU | 79.477,62 | 12.084,54 | 9.157,18 | 33.117,83 | 133.837,17 |
| | DVISS-DIV – TPP | 589,89 | 62,97 | 65,29 | 135,47 | 853,62 |
| | DVISS | 9.858,11 | 1.579,73 | 1.143,78 | 4.274,37 | 16.855,99 |



| | | | | | | |
|--|--------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | | | | | |
| | TOTAL | 512.827,05 | 77.408,08 | 59.025,45 | 211.135,58 | 860.396,16 |

| Exercício | Tributos | Vr. Original | Vr. Correção | Vr. Multa | Vr. Juros | Vr. Total |
|------------------|-----------------|---------------------|---------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| 2023 | DVTLFF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | DVIPTU | 349.145,79 | 32.482,34 | 38.164,13 | 95.128,36 | 514.920,62 |
| | DVTSU | 93.875,11 | 8.770,90 | 10.266,29 | 25.707,00 | 138.619,30 |
| | DVISS-DIV – TPP | 572,38 | 26,42 | 59,88 | 58,86 | 717,54 |
| | DVISS | 85.072,30 | 8.110,13 | 9.319,52 | 25.929,07 | 128.431,02 |
| | DAMULT | 56.792,00 | 5.492,11 | 6.228,41 | 20.180,05 | 88.692,57 |
| | TOTAL | 585.457,58 | 54.881,90 | 64.038,23 | 167.003,34 | 871.381,05 |

| Exercício | Tributos | Vr. Original | Vr. Correção | Vr. Multa | Vr. Juros | Vr. Total |
|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 2024 | DVTLFF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | DVIPTU | 526.572,04 | 25.309,18 | 55.189,36 | 70.016,15 | 677.086,73 |
| | DVTSU | 116.515,74 | 5.607,90 | 12.214,02 | 15.572,44 | 149.910,10 |
| | DVISS-DIV – TPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | DVISS | 98.659,30 | 4.749,02 | 10.342,52 | 16.465,12 | 130.215,96 |
| | DAMULT | 2.116,57 | 102,20 | 221,88 | 258,93 | 2.699,58 |
| | TOTAL | 743.863,65 | 35.768,30 | 77.967,78 | 102.312,64 | 959.912,37 |
| TOTAL | DÍVIDA ATIVA | 2.651.730,48 | 396.265,54 | 304.813,99 | 1.021.262,05 | 4.374.072,06 |

Legenda: DVTLFF – Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento
DVIPTU – Dívida Ativa IPTU
DVTSU – Dívida Ativa de Taxas cobradas com o IPTU

DVISS-DIV – TPP – Dívida Ativa de Taxas de Alvará de Localização

DVISS – Dívida Ativa de ISSQN

DAMULT – Dívida Ativa de Multas

Histórico da Arrecadação:

| ANO | Tributos | Valor Inscrito em Dívida Ativa | Valor Arrecadado | % |
|--------------|----------|--------------------------------|---------------------|---------------|
| 2020 | DVIPTU | 563.015,16 | 241.993,10 | 42,98% |
| | DVTSU | 129.143,12 | 0,00 | 0,00% |
| | DVISS | 18.332,24 | 1.759,45 | 9,60% |
| 2021 | DVIPTU | 614.065,95 | 290.569,49 | 47,32% |
| | DVTSU | 138.109,28 | 0,00 | 0,00% |
| | DVISS | 18.439,07 | 3.344,15 | 18,14% |
| 2022 | DVIPTU | 596.183,40 | 282.150,84 | 47,33% |
| | DVTSU | 133.837,17 | 0,00 | 0,00% |
| | DVISS | 16.855,99 | 1.987,67 | 11,79% |
| 2023 | DVIPTU | 514.920,62 | 280.486,72 | 54,47% |
| | DVTSU | 138.619,30 | 0,00 | 0,00% |
| | DVISS | 128.431,02 | 1.334,02 | 1,04% |
| 2024 | DVIPTU | 677.086,73 | 220.611,83 | 32,58% |
| | DVTSU | 149.910,10 | 0,00 | 0,00% |
| | DVISS | 130.215,96 | 0,00 | 0,00% |
| TOTAL | | 3.967.165,11 | 1.324.237,27 | 33,38% |